

PRELÚDIO

Contexto nacional

Cooperativa - associação que presta serviços aos seus membros e actua em nome deles, visando a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento de determinada área ou actividade económica, nomeadamente criando um circuito directo entre produtores e consumidores com o fim de libertar os seus associados dos encargos respeitantes a lucros de intermediários ou capitalistas.

Fonte: Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora, 2012.

Este prelúdio inicia-se com a definição de Cooperativa, segundo um actual dicionário. Contudo, o mesmo termo segundo um dicionário do início do século lembra-nos ainda outros conceitos: entreatajuda, propriedade comum e democracia.

Com origens no século XIX em Inglaterra, a primeira cooperativa nascida em Portugal foi a "Sociedade Cooperativa e Caixa Económica do Porto" fundada em 1871. A primeira cooperativa exclusivamente de consumo nasceu 5 anos depois em Alfama denominada "Caixa Económica Operária", constituída por operários tabaqueiros. Até 1910 seriam criadas mais 14 cooperativas em Portugal.

Com a proclamação da República em 1910, o novo regime apoiou a criação de cooperativas, o que se reflectiu num aumento no seu número em 62 nesse ano, atingindo as 336 em 1926.

De entre os ramos cooperativos, o mais importante na 1ª República foi o do consumo. Este ramo abrangia quase metade das cooperativas existentes, que lutavam pela contenção de preços e melhoria da qualidade de bens fornecidos, opondo-se ao mercado negro.

Enquanto na 1ª República se pode afirmar que o Estado defendeu as cooperativas doutrinariamente, o mesmo já não podemos dizer do Estado Novo (excepção

feita às cooperativas agrícolas¹) que podemos considerar anti-cooperativista, por as cooperativas se inserirem no movimento operário, tornando-se lugares de resistência implícita, viveiros de democracia e componentes dos projectos das forças democráticas².

A primeira lei do Estado Novo que reduziu amplamente as regalias das cooperativas foi a denominada «Lei-garrote» (Decreto-Lei n.º 22513 de 12 de Maio de 1933) que veio restringir a isenção da contribuição industrial às cooperativas de consumo que transaccionassem exclusivamente com os seus membros, com todas as outras a pagar a contribuição industrial pela totalidade das suas transacções.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial o movimento cooperativista ganha um novo ânimo, em particular, através da figura de António Sérgio e seus apoiantes, era iniciado em 1951 a publicação do «Boletim Cooperativo» e em 1956 com a organização de um congresso geral de cooperativas denominado «Reunião Magna». No entanto, os movimentos de oposição ao regime não conseguiram reabilitar o sector cooperativo em Portugal, que tinha evoluído de tal forma que as cooperativas de consumo estavam economicamente fragilizadas, em contraste com as cooperativas agrícolas, que apesar de apresentarem uma actividade social fraca, detinham uma presença muito forte na vida económica.

Apenas depois do 25 de Abril de 1974 o movimento cooperativo voltou a ter o apoio claro do Estado com a publicação do Decreto-Lei n.º 349/75, que criava a Comissão de Apoio às Cooperativas, com o objectivo de coordenar os diversos serviços públicos encarregados do estudo e resolução dos problemas cooperativistas. Finalmente em 1976, a Constituição Portuguesa consagrava o sector cooperativo, determinando que o Estado devia fomentar e favorecer o sector com benefícios fiscais e financeiros, com melhores condições de crédito e auxílio técnico. No entanto, grandes partes destas conquistas para o sector cooperativo perderam-se nos anos seguintes.

Hoje o movimento cooperativo é principalmente vocacionado para a cultura e educação, assim como, para a valorização das terras e das gentes locais. Apesar de algumas diferenças na sua expressão o cooperativismo mantém vivos os valores iniciais da sua criação: a cooperação assenta nas pessoas e nas respectivas expectativas numa sociedade melhor.

¹ De 1926 a 1974 as cooperativas agrícolas passaram de 12 para 401, enquanto as de consumo passaram apenas de 336 para 193. Fonte: ALMEIDA, Bruno José Machado, O sector cooperativo em Portugal: aspectos económicos. Revisores e Empresas, n.º 28, 2005.

² Fonte Citada, 2005.

BREVE HISTÓRIA DA COOPERATIVA CULTURAL POPULAR BARREIRENSE (CCPB)

Segundo Armando da Silva Pais³, a primeira cooperativa no Barreiro foi criada em 1877 nos caminhos-de-ferro, tendo nascido desta a «Caixa de Socorros dos caminhos-de-ferro do Sul e Sueste» fundada a 18 de Dezembro de 1883, com o engenheiro Miguel Pais na presidência.

Das cooperativas ainda hoje existentes no Barreiro a mais antiga é a Cooperativa de Consumo Operária Barreirense (popularmente designada pela «dos corticeiros», por serem desta classe os seus fundadores) com data oficial da fundação a 11 de Março de 1911.

Menos de dois anos depois era fundada a Cooperativa Popular Barreirense (actualmente designada por Cooperativa Cultural Popular Barreirense ó CCPB) a 24 de Maio de 1913. Os seus fundadores foram: João da Luz⁴, José da Luz, José Teodoro Caria, Miguel António Simões, António Lopes, todos serralheiros; Raul da Silva e Manuel das Neves Salgado, caldeireiros; Francisco Fernandes, torneiro; Manuel Tavares, ferreiro e João António do Carmo, estofador. Sendo todos de origem ferroviária, não estavam de acordo com os preços praticados na cooperativa dos caminhos-de-ferro⁵, assim como, tinham o objectivo de fabricarem pão para os associados.

³ PAIS, Armando da Silva, O Barreiro Contemporâneo, A Grande e progressiva vila industrial, vol.II , pág. 131.

⁴ João da Luz foi eleito vereador da Câmara Municipal do Barreiro em Novembro desse mesmo ano, cargo que exerceu até 1916, altura em que foi eleito Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Barreiro. Abandonou o cargo em 1917, para voltar ocupar a cadeira da vereação em 1926 e de novo, em 1936

⁵ Esta cooperativa de consumo dos caminhos-de-ferro, foi transformada em 1936 no Armazém de Viveres perto da estação do Barreiro-A.



Fig.1 ó reprodução de fotografia exposta na sede da CCPB apresentado 3 dos seus sócios fundadores. À esquerda está João da Luz.

Esta cooperativa de consumo (assim como outras) baseava a sua gerência na compra de grandes quantidades de géneros, que adquiridos desta forma podiam ser vendidos a retalho aos associados a preços mais baixos, já que eliminava neste processo o inflacionamento dos produtos provocada pelos intermediários. A Cooperativa Popular Barreirense (CPB) surge num contexto de grande carestia de bens alimentares em Portugal, num período em que se começa a registar a instabilidade política, militar e social da 1ª República. Não é por isso sem surpresa que o Barreiro assistiu em 1914 à criação de outras duas cooperativas de consumo: uma no Lavradio e outra em Santo António da Charneca⁶, estas entretanto extintas.

Com um regulamento criado aquando da sua fundação, a CPB tinha entre os seus associados o pilar do seu funcionamento, em particular na Direcção. Era dos órgãos eleitos democraticamente entre os associados que era escolhida uma Comissão de Compras (encarregada de procurar entre os grossistas os géneros mais em conta) assim como, a venda na loja da Cooperativa com os sócios a serem escalonados entre si⁷. Como cooperativa de consumo e face à dificuldade em efectuar um escalamento dos

⁶ Alguns dos primeiros associados da CCPB pediram a sua demissão nesse ano, justificando a sua decisão na existência dessas novas cooperativas, mais perto das suas residências. Fonte: Livro de Actas da Direcção, 1914.

⁷ Obrigação a que muitos não podiam cumprir por o horário de trabalho ser nocturno.

horários entre o sócios, em 1916 foi decidido alterar o regulamento para a ordem de serviço dos caixeiros e directores como empregados da cooperativa, tendo sido deliberado ficar um caixeiro e dois directores como empregados da cooperativa. Por este novo regulamento a CPB deveria abrir a porta aos domingos pelas 9.30 e fechar às 13.30, voltando a abrir-se às 16.00 e fechando às 22.00; durante os dias da semana deveria abrir às 19.00 e fechar quando o serviço o permitisse⁸.

A primeira sede da CPB esteve localizada numa casa com forno de pão na rua Marquês de Pombal, em frente do Largo do Leão. A pequena loja da cooperativa vendia bens essenciais (e alguns deles raros naqueles tempos) como pão, azeite, farinha, chouriço, toucinho, vinhos, batata, feijão (roxo, branco e frade) e calçado⁹. A procura de muitos destes géneros era efectuada tanto nos arredores do concelho do Barreiro, como os chouriços e toucinhos que vinham da Aldeia-Galega (actual Montijo), como de mais longe, como o azeite que vinha de Montemor. Outros produtos vinham de Lisboa como o café, da casa Pérola da China e o feijão do Barreiro da casa da viúva Firmino.

Na compra de géneros por grosso é muito interessante verificar a ligação estabelecida desde muito cedo com a Cooperativa Operária Barreirense (a actual Cooperativa de Consumo Operária Barreirense). Logo em Janeiro de 1914 as duas cooperativas deslocaram-se em conjunto a Lisboa para se reunirem com o ministro das finanças sobre a cobrança da contribuição industrial. Um ano depois voltavam a unir-se, desta vez, para adquirir açúcar e farinha.

Os tempos não eram fáceis e um exemplo dos pequenos luxos a que se podiam dar foi registado no primeiro aniversário da CPB: oferta de 12 cervejas.

As constantes dificuldades em encontrar à venda alguns géneros originou várias vezes o racionamento na venda de determinados produtos. Em Agosto de 1914 era aprovado pela direcção que os sócios apenas podiam adquirir no máximo dois quilos de bacalhau novo. Com os produtos a serem adquiridos na maioria das vezes em diferentes grossistas originava uma grande flutuação de preços, o que obrigava ao tabelamento de alguns géneros, como por exemplo: grão a 10 centavos o litros, açúcar de 2ª a 25 centavos e de 1ª a 27 centavos o quilo; o arroz nacional a 15 centavos o quilo; milho a 4 centavos; toucinho castanho a 35 centavos; azeite a 28 centavos; vinho branco a 8

⁸ Fonte: Livro de Actas da Direcção. Acta n.º 67 de 19.1.1916.

⁹ Curiosamente o calçado deixou de ser vendido logo em Outubro de 1913, por se constatar que não «tinha saída». Fonte: Livro de Actas da Direcção. 18.10.1913.

centavos o litro; massa a 8 centavos; batata a 55 centavos; farinha a 14 centavos e pão a 10 centavos.

A venda de alguns géneros nem sempre teve a procura desejada pela Direcção (como já se constatou com o calçado) mas, muito interessante foi a registada com o vinho. Em 1916, aquando da discussão da compra de uma adega para a venda de vinho na Cooperativa, foi deliberado não adquirir uma pequena adega «visto o pouco consumo do referido género». A explicação estará relacionada com o facto de este ser um género muito barato e facilmente adquirido numa das inúmeras tabernas e adegas que o Barreiro de então tinha em funcionamento.

As margens de lucro eram feitas de forma a cobrir as despesas de transporte e deslocação dos sócios, mas a maior parte das vezes originavam prejuízo como no caso registado da compra de 344 quilos de toucinho por 6 escudos e 20 centavos, que foi decidido ser vendido por 47 centavos o quilo¹⁰.

A venda de pão, um dos primeiros objectivos na fundação da CPB, também criou problemas nos primeiros anos. Tal como nas suas congéneres, a aquisição do pão era efectuada através de placas de chapa (à semelhança de pequenas moedas) com tamanhos diferentes para 1 pão ou meio pão. Estas chapas (entregues aos associados quando efectuavam o pagamento da sua quota ou carregavam com dinheiro a sua caderneta) eram entregues ao padeiro que em troca entregava o pão correspondente. Contudo, algumas irregularidades praticadas pelo padeiro levam à decisão da Direcção suspender a sua venda em Janeiro de 1917, que vieram originar os primeiros problemas financeiros à cooperativa. Esta decisão veio acelerar a decisão da Cooperativa mudar de instalações já que, desde 1914 tinha sido adquirido um terreno na rua Eusébio Leão, com esse propósito.

¹⁰ Para cobrir apenas as despesas de compra deveria ter sido vendido por 55 centavos. Fonte: Livro de Actas da Direcção. Acta n.º 69 de 8.2.1916.

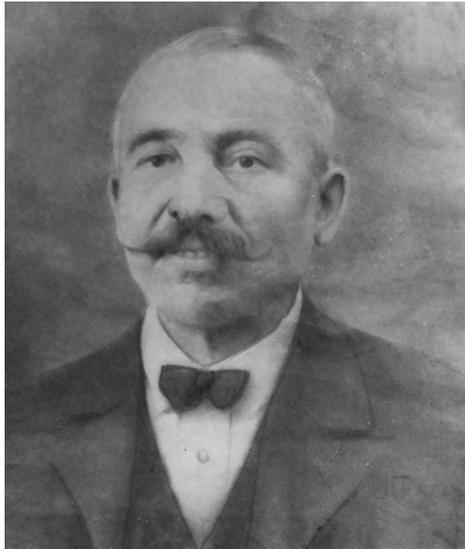


Fig 2 - Manuel Tavares dos Santos.

Em acta de 1 de Fevereiro de 1919 era decidido officiar os sócios, notificando-os da diminuição do seu consumo individual na Cooperativa, um decréscimo que a cooperativa não conseguia entender. De facto, este ano foi de alguma dificuldade para a cooperativa, então presidida por Manuel Tavares dos Santos, com os preços de vários produtos a serem vendidos a preços de mercado. A venda dos géneros a preços de mercado ia contra os fundamentos das Cooperativas, já que, a sua existência visava precisamente a aquisição de produtos a preços mais baixos. Para mais, neste período a cooperativa foi obrigada a vender «utensílios considerados inutilizados» que renderam a quantia de 26\$895 escudos, sendo que 6\$00 escudos iriam ser utilizados em melhoramentos na sede. Nesse ano os preços de alguns géneros foram assim tabelados:

Género	Preço
Feijão	\$40/kg
Arroz	\$48/kg
Massa	\$62/kg
Mel	\$90/kg
Açúcar branco	1\$02/kg
Vinho	\$20/kg
Vinagre	\$14/kg
Cebola	\$8/kg
Grão	\$40/kg
Chouriço	2\$50/kg

Fonte: Actas da Direcção n.º 99-105. 1919

O tabaco por sua vez tinha especificações próprias, ou seja, os sócios podiam adquirir por dia: quatro charutos, uma onça de tabaco francês e uma onça de tabaco americano; e de dois em dois dias uma onça de tabaco holandês¹¹.

A crise financeira da Cooperativa prolongou-se para 1920, em particular, devido a um ponto definido nos seus estatutos: os sócios podiam levantar em qualquer altura a totalidade do seu capital em géneros. Contudo, num período extremamente conturbado da vida social e económica portuguesa, mas principalmente no Barreiro, este facto levava a que determinados produtos que estivessem com os preços abaixo do mercado fossem adquiridos apenas por alguns sócios, que depois os revendiam acumulando lucro, enquanto outros, pura e simplesmente não os consumiam. Por fim, em reunião de 20 de Março de 1920 os estatutos neste ponto, são finalmente alterados. Contudo, ao longo da década de 1920 a CPB continuou a praticar a venda dos seus géneros na mercearia, mas cada vez com maiores dificuldades. Para mais, muitos sócios pedem a sua demissão ou deixam de consumir, queixando-se que os preços são caros¹².

Apesar de a Cooperativa ter efectuado a mudança para novas instalações alugadas na rua Miguel Bombarda nos n.ºs 4 e 6 em 1934, os sócios aprovavam finalmente em Assembleia Geral de Julho do ano seguinte, a resolução de tomar medidas eficazes para se adquirir um terreno onde se poderiam efectuar as construções necessárias à Cooperativa como sede própria, padaria, escola, entre outras dependências.

O esforço pessoal e financeiro para a aquisição do terreno foi grande, tanto para a Assembleia Geral, para a Direcção, como para os sócios. Deste período destaca-se a proposta do associado António José Piloto de alargar a todos os sócios a procura de soluções para atenuar o impacto financeiro da compra do terreno¹³. A participação de António José Piloto nesta sessão, e o facto, de na reunião seguinte já presidir à Mesa é preciso ser analisado à luz dos acontecimentos da época: o Barreiro estava a atravessar uma época de grande tensão política e repressão policial, depois dos acontecimentos no Barreiro entre 1934 e 1935¹⁴, além de António José Piloto era um conhecido anarco-

¹¹ Fonte: Livro de Actas da Direcção. Acta n.º 110 de 19.1.1920.

¹² Fonte: Livro de Actas da Direcção. Acta n.º 141 de 25.3.1922.

¹³ Fonte: Livro de Actas da Assembleia Geral. Acta n.º 9 de 29.3.1936.

¹⁴ Ver: Almeida, Vanessa, Um Momento de viragem ó do 18 de Janeiro de 1934 ao hastear da Bandeira Vermelha em 1935.

sindicalista que em 1919, com a colaboração de Miguel Correia haviam fundado o Sul e Sueste», periódico da Associação de Classe dos Ferroviários do Sul e Sueste, entretanto extinto em 1932. Em 1920 esteve envolvido na organização da maior greve ferroviária regista, em que durante 70 dias os ferroviários do Barreiro não se apresentaram ao serviço, tendo sido necessária a intervenção do Batalhão dos Sapadores dos Caminhos de Ferro para levar por vencidos os primeiros.

A participação de António José Piloto e outros associados é marcadamente política e é a primeira vez que tal sucedia tal claramente numa reunião da Assembleia Geral da Cooperativa. A comprovar a influência anarco-sindicalista deste antigo ferroviário assinala-se a reunião de 24 de Maio de 1936, única ocasião em que António José Piloto presidiu à Mesa. Nessa reunião histórica foi descerrado o retrato de Lauriano Cambalacho, com o homenageado presente, retrato este que ainda hoje se encontra na sua sede.



Fig. 3 - Retrato de Laureano Cambalacho.

As palavras proferidas nesse dia ficaram registadas em acta. Nestas, António José Piloto elogiava as virtudes do consócio homenageado, assim como, efectuava um desabafo pessoal ao lembrar o aniversário da Cooperativa: «falar da Cooperativa Popular Barreirense é um caso verdadeiramente difícil para mim, principiante do cooperativismo». Referia ainda que já tinha sentido os benefícios e os ensinamentos que até ali desconhecía e que a sua vida se tinha tornado mais «desafogada e o seu espírito

mais desempoeirado», incitando os camaradas¹⁵ a unirem-se como um só homem. No fim, António José Piloto propunha que igualmente fosse prestada homenagem aos consócios privados da liberdade.

Contudo, a Ditadura não permitiria que tal situação se voltasse a repetir. António José Piloto não voltará a estar presente em nenhuma reunião da Cooperativa!

Na reunião seguinte em 13 de Dezembro de 1936 é eleito para vogal da Direcção por 42 votos Augusto José Viegas e João Maria Jordão¹⁶ assumia a presidência da Mesa, naquilo que pareceu representar a escolha de membros de uma facção mais moderada para dirigir a Cooperativa.

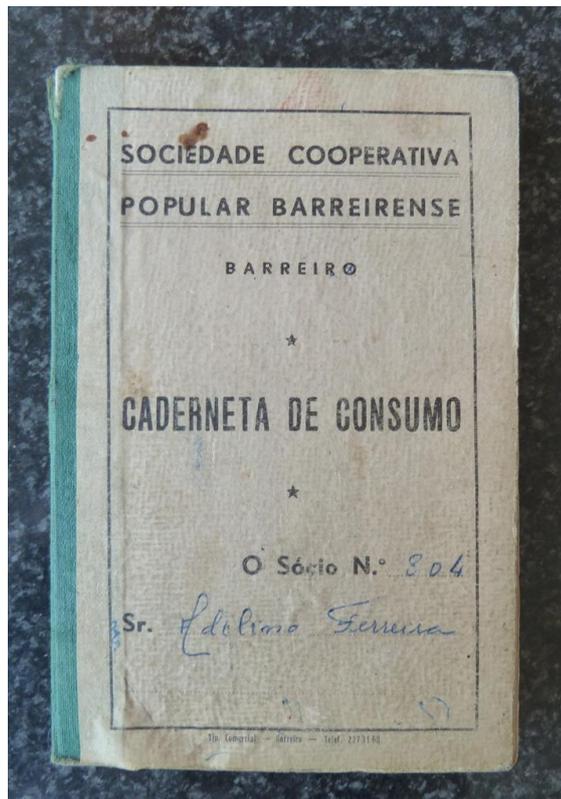


Fig. 4 ó Rosto de caderneta de consumo da Cooperativa Cultural Barreirense (1968).

¹⁵ Pela primeira vez os consócios e membros da Mesa são referidos em acta com a designação de «camaradas».

¹⁶ Destacado republicano do Barreiro, foi um dos membros da Comissão Administrativa Republicana para a Câmara Municipal do Barreiro, nomeada pelo governo Civil a 17 de Novembro de 1910. No seu pelouro, foi responsável pela alteração do nome de várias artérias no Barreiro, como: praça de Sta. Cruz para praça da República; rua Serpa Pinto para rua Ferrer; largo de S. Francisco para Largo de Luís de Camões; Rua de S. Francisco para Rua 5 de Outubro; Largo das Obras para largo Alexandre Herculano; rua da Recosta para rua de Infantaria n.º 16; azinhaga dos Penicheiros para rua Dr. Eusébio Leão; e, por fim, largo do Rosário para largo Buiça e Costa. Foi novamente vereador nos mandatos de 1913 a 1914 e ainda em 1920.

4					5				
Pode consumir até \$					Pode consumir até \$				
Mês de Janeiro de 1968 Sócio N.º 804					Mês de Fevereiro de 1968 Sócio N.º 804				
Dia	Designação	Quantidade	Preços dos géneros	Importâncias	Dia	Designação	Quantidade	Preços dos géneros	Importâncias
	Transporte	PP		\$		Transporte	6050		\$
28/2	Dif. Fazendas	86.00c	✓	\$	5/3	Pão	2.90c	✓	\$
29/2	pão	2.50c	✓	\$	5/3	despensa	9.70c	✓	\$
29/2	despensa	3.90c	✓	\$	6/3	dois pão	2.90c	✓	\$
	Somas	408.80		\$	8/3	pão	5.10c	✓	\$
				\$	8/3	despensa	15.60c	✓	\$
				\$	8/3	despensa	2.50c		\$
1/3	bolos	2.80c	✓	\$	8/3	despensa	17.27c	✓	\$
1/3	pão	2.90c	✓	\$	8/3	despensa	2.20c	✓	\$
1/3	despensa	6.00c	✓	\$	8/3	pão	1.80c	✓	\$
2/3	Sontem	3.00c	✓	\$	9/3	despensa	21.40c	✓	\$
2/3	pasto	5.80c	✓	\$	9/3	Pão	3.30c	✓	\$
2/3	pão	3.30c	✓	\$	11/3	Pão	3.70c	✓	\$
2/3	Cadumo	.50c	✓	\$	12/3	Pão	3.30c	✓	\$
2/3	despensa	6.70c	✓	\$	12/3	despensa	2.20c	✓	\$
4/3	pão	2.50c	✓	\$	13/3	Pão	2.50c	✓	\$
		6050		\$			399.80		\$
	A transportar			\$		A transportar			\$

Fig. 5 ó Interior de caderneta de consumo da Cooperativa Cultural Barreirense (1968).

É durante o ano de 1936 que é constatado pela primeira vez o incremento das verbas (de 273.351\$42 em 1935 para 360.505\$27 em 1937) e com a necessidade de limitar o número de sócios. O ano terminaria com um lucro de 29.492\$75 que foi distribuído pelos sócios (7% sobre o consumo de cada sócio).

O ano de 1936 que financeiramente tão bem havia terminado, foi ainda marcado por um acontecimento que iniciaria uma nova crise na Cooperativa Popular Barreirense: a inauguração do novo Armazém de Viveres da CP, perto do apeadeiro de Barreiro-A.



Fig. 6 ó Interior do Armazém de Víveres da CP no Barreiro, aquando da sua inauguração em 1936. Fonte: Boletim da CP ó 1936.

Para responder a uma provável saída de associados a Cooperativa deliberou em reunião de Assembleia Geral a compra de um edifício na então denominada rua D. Manuel I (actual rua Miguel Bombarda, e sua actual sede) com os números de porta 52 e 54. A mudança para este edifício, situado bastante perto do Armazém de Viveres da CP deu-se em 1939.



Fig 7 ó A sede da CPB na antiga rua D. Manuel I (actual rua Dr.º Miguel Bombarda). É neste local que se encontra hoje um moderno edifício, onde está hoje instalada a sede da CCPB.

Os anos seguintes foram de uma constante actividade e desenvolvimento da Cooperativa, apesar da eclosão da Guerra Civil Espanhola e Segunda Guerra Mundial, que originaram em Portugal, grande falta de géneros. Por essa razão, em 1941 a Cooperativa voltava a fabricar e vender pão. Aliado às questões internacionais, a Cooperativa Popular Barreirense tinha de lutar ainda contra uma legislação do «Estado Novo» que combatia abertamente as cooperativas de consumo. Nesse sentido, as cooperativas de consumo tentavam organizar-se de forma a melhor responderem às dificuldades e fazem juz à ideia de cooperativismo em 1955 era criada a Unicoop ó União Abastecedora das Cooperativas ó à qual a Cooperativa Popular Barreirense aderiu em 1961. Mais tarde, e com o objectivo de manter a sua continuidade, a 23 de Fevereiro de 1965 a Cooperativa Popular Barreirense e outras cooperativas da margem sul, constituíam uma cooperativa de produção de pão, pastelaria e confeitaria, com a denominação «Sulcoope»¹⁷.



Fig. 8 ó Exterior e Interior na Sulcoope, no Seixal. Finais da década de 1960.

Também na década de 1960 é registada uma expansão no número de associados o que levou à decisão da Direcção de criar duas novas lojas: a primeira na Quinta da Lomba em 1964 e a segunda em Santo António da Charneca em 1967.

¹⁷ Que estaria em actividade até 1978.



Fig. 9 6 Interior da loja na sucursal da CPB na Quinta da Lomba



Fig. 10 - Exterior da filial da CPB em Santo António da Charneca. Finais da década de 1960.



Fig. 11 ó Interior da loja na sucursal de Santo António da Charneca. Finais da década de 1960.

É também desse período que a Cooperativa emite senhas com valor monetário, que depois de entregues aos associados eram trocadas por géneros nas lojas.



Fig. 12 - Algumas das senhas utilizadas como moeda nas lojas da Cooperativa.

A actividade da CPB tem um dos seus pontos altos, aquando na celebração do seu 50º aniversário, em 1963. Por essa ocasião visitaram a Cooperativa representantes do meio cooperativista nacional, que apresentaram os seus pontos de vista sobre os fins económico-sociais do cooperativismo e os problemas decorrentes da sua evolução no vasto campo da economia. Este primeiro encontro deu origem a várias conferências que contaram com a participação de destacadas figuras do cooperativismo como Bento Gonçalves, Faustino Cordeiro, Fernando Dias Agudo, Eng.º Vasco de Carvalho, Alfredo Canana, Eugénio Mota, Carlos Batista e Fernando Mateus¹⁸.

Esta vertente cultural, que chegou a ter uma Comissão própria foi também responsável pela criação de bibliotecas na sede e nas duas sucursais da Quinta da Lomba e Santo António da Charneca. Na sucursal da Quinta da Lomba chegou a funcionar em 1968 um jardim escola para filhos dos sócios que contava com 24 crianças de ambos os sexos, que pagavam por este serviço uma quota mensal de 50 escudos. Também ali foi criado um curso de educação de adultos, com quatro aulas por semana, sendo os professores sócios habilitados, que forneciam os seus serviços gratuitamente. Era gerente comercial da Cooperativa neste período áureo da Cooperativa Manuel Martins Júnior, que já havia antes desempenhado as funções de presidente da Cooperativa.



Fig. 13 - Manuel Martins Júnior

¹⁸ PAIS, Armando da Silva, O Barreiro Contemporâneo, A Grande e progressiva vila industrial, vol.III e miscelânea, pág. 141.

Curiosamente foi o 25 de Abril de 1974 que veio agravar alguns dos problemas da Cooperativa Popular Barreirense, designadamente o facto de as receitas não cobrirem as despesas. O acesso aos produtos alimentares e de consumo mudam, em particular, com as feiras ambulantes e praças. Com cada vez menos sócios a consumirem na loja da sede, em reunião da Assembleia Geral de 30 de Maio de 1978 é deliberado encerrar o «auto-serviço» no dia seguinte. Em Setembro, era decidido alugar o edifício para a sede do Tribunal do Trabalho, ficando a Cooperativa com as restantes instalações e quintal¹⁹.

Com a saída do Tribunal e a vontade renovada dos consócios recuperou-se o prédio. A 25 de Janeiro de 2001 era publicado em Diário da República os novos estatutos, onde se destacava a mudança do ramo de referência da Cooperativa, passando de consumo para cultural. Por acrescento a denominação passou de Cooperativa Cultural Barreirense para Cooperativa Cultural Popular Barreirense.

Hoje a Cooperativa Cultural Popular Barreirense está entre as associações mais dinâmicas do concelho do Barreiro, em especial, na sua vertente das artes, letras, ciência e democracia²⁰.

¹⁹ CCPB, 90º aniversário ó 24 de Maio de 2003. Ed. Cooperativa Cultural Popular Barreirense.

²⁰ Sócio Dourado Mendes em palavras publicadas no jornal digital «Rostos» - 3.1.2013

**PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DO FUNDO DA
COOPERATIVA CULTURAL POPULAR BARREIRENSE
(CCPB)**

CCPB/01 ó Administração

- 01 ó Actas da direção
- 02 ó Actas da Assembleia Geral
- 03 ó Registo de presenças em Assembleia
- 04 ó Estatutos e regulamentos
- 05 ó Actas de reuniões intercooperativas
- 06 ó Actas da Sulcoope

CCPB /02 - Contabilidade

- 01 ó Relatórios de gerência
- 02 ó Documentos de receita e despesa

CCPB /03 ó Expediente

- 01 ó Correspondência recebida e expedida

CCPB /04 ó Pessoal

- 01 ó Registo de sócios
- 02 ó Boletins de inscrição de sócios
- 03 - Fichas de sócios
- 04 ó Registo de funcionários da Cooperativa

CCPB /05 ó Património

- 01 ó Registo de propriedade e títulos de capital

CCPB/01 ó Administração

01 ó Actas da direção

CCPB/01/01/Lv.01 ó 29.5.1913 - 10.4.1922

CCPB/01/01/Lv.02 ó 23.6.1944 - 23.7.1959

CCPB/01/01/Lv.03 ó 21.9.1959 ó 16.7.1965

CCPB/01/01/Lv.04 ó 24.7.1965 ó 24.9.1968

CCPB/01/01/Lv.05 ó 30.9.1968 ó 25.1.1971

CCPB/01/01/Lv.06 ó 1.2.1971 ó 20.2.1973

CCPB/01/01/Lv.07 ó 6.3.1973 ó 16.3.2001

02 ó Actas da Assembleia Geral

CCPB/01/02/Lv.01 ó 20.2.1934 ó 22.12.1949

CCPB/01/02/Lv.02 ó 14.3.1950 ó 25.7.1968

CCPB/01/02/Lv.03 ó 1.8.1968 ó 29.6.2001

03 ó Registo de presenças em Assembleia

CCPB/01/03/Lv.01 ó 18.5.1915 ó 20.12.1974

CCPB/01/03/Lv.02 ó 15.3.1971 ó 29.6.2004

04 ó Estatutos e regulamentos

CCPB/01/04/Mç.01 ó 1940 ó 2004

05 ó Actas de reuniões intercooperativas

CCPB/01/05/Lv.01 ó 21.6.1973 ó 28.11.1973

06 ó Actas da Sulcoope

CCPB/01/06/Lv.01 ó 23.2.1965 ó 6.2.1982

CCPB /02 - Contabilidade

01 ó Relatórios de gerência

CCPB/02/01/Mç.01 ó 1949 ó 1988

02 ó Documentos de receita e despesa

CCPB/02/02/Lv.01 ó 1953 ó 1959

CCPB/02/02/Mç.01 ó 1979 ó 1980

CCPB /03 ó Expediente

01 ó Correspondência recebida e expedida

CCPB/03/01/Lv.01 ó 1968-1981

CCPB/03/01/Lv.02 ó 1981-1998

CCPB /04 ó Pessoal

01 ó Registo de sócios
CCPB/04/01/Lv.01 ó s/d

02 - Fichas de sócios
CCPB/04/02/Mç.01 ó s/d

03 ó Registo de funcionários da Cooperativa
CCPB/04/03/Lv.01 ó 1963 1976
CCPB/04/03/Lv.02 - 1964 -1967

CCPB /05 ó Património

01 ó Registo de propriedade e títulos de capital
CCPB/04/05/Mç.01 - 1938 -2004